

POLÍTICAS PÚBLICAS E MASCULINIZAÇÃO RURAL NO RIO GRANDE DO SUL - uma abordagem a partir das condições regionais

PUBLIC POLICIES AND RURAL MASCULINIZATION IN RIO GRANDE DO SUL – an approach based on regional conditions

Cassiane da Costa

Doutoranda no PPGExR da UFSM
cassi.csm@hotmail.com

José Marcos Froehlich

Prof. Dr. do DEAER/PPGExR da UFSM
jmarcos.froehlich@gmail.com

Resumo

Nas últimas décadas, a população rural do Rio Grande do Sul (RS) vem passando por um processo de masculinização, provocado pelo êxodo rural seletivo de mulheres. Considerando que este processo guarda relação com especificidades regionais, este artigo relaciona algumas das principais políticas públicas brasileiras voltadas às mulheres rurais com as condições específicas dos nove sistemas agrários do RS. Para possibilitar melhor eficácia no enfrentamento da masculinização rural, estas políticas precisam passar a considerar as especificidades regionais, o que não acontece, já que são genéricas. Sugere-se, de forma geral, que o foco das ações deve priorizar as regiões onde o processo é mais intenso, promovendo a agricultura familiar e a intensificação dos sistemas produtivos. Considera-se, por fim, que a adequação de políticas públicas às especificidades regionais pode apresentar maior capacidade de promover a permanência das mulheres no rural, resultando em redução da masculinização e contribuindo para a sustentabilidade social dos territórios rurais.

Palavras-chave: Masculinização rural. Políticas públicas. Dinâmicas regionais. Sistemas agrários. Mulheres rurais.

Summary

In recent decades, the rural population of Rio Grande do Sul (RS) has been going through a process of masculinization caused by selective rural exodus of women. Whereas it this process is related to regional particularities, this article lists some of the Brazilian public policies directed at rural women with the specific conditions of the nine agrarian systems of the RS. To enable more effective in coping with rural masculinization, these policies need to move on to consider regional particularities, which does not happen as they are generic. It is suggested, in general terms, that the focus of actions must prioritize regions where the process is more intense, promoting

family farming and intensification of production systems. It is considered, finally, the appropriateness of public policies to regional particularities may contain higher capacity to promote the permanence of women in rural areas, resulting in reduced masculinization and contributing to the social sustainability of rural areas.

Keywords: Masculinization rural. Public policy. Regional dynamics. Agrarian systems. Rural women.

Introdução

Expressivas parcelas dos territórios rurais brasileiros vêm sofrendo uma desestruturação do seu tecido social. Esta é uma consequência do êxodo rural seletivo, processo social que desequilibra a composição populacional rural em termos de idade e gênero e cuja recorrência vem sendo relatada não só no Brasil, mas também em vários outros países latino-americanos e europeus. A literatura e estudos recentes sobre a demografia rural têm apontado e buscado compreender o caráter de seletividade do êxodo rural, ou seja, o êxodo predominante de jovens e mulheres, e os consequentes processos de envelhecimento e masculinização da população que permanece no campo¹. A gravidade do processo de masculinização rural² está nas implicações da diminuição da presença feminina neste contexto social, que pode modificar a forma de conviver das comunidades, comprometer a formação da família e, portanto, a sucessão familiar dos estabelecimentos. Desta forma, o processo de masculinização rural, quando ocorre de forma intensa e contínua, pode comprometer a própria sustentabilidade social destes territórios.

A seletividade feminina do êxodo rural, principal causa da masculinização rural atual, costuma receber várias explicações por parte dos estudiosos da temática. Entre estas, se pode mencionar as posições que apontam a recorrência do patriarcado ser mais evidente nas condições rurais, atribuindo culturalmente ao homem o papel produtivo, do trabalho na lavoura e na lida campeira; e à mulher, o papel reprodutivo, dos afazeres domésticos e do cuidado dos filhos. Nestas relações é o homem que assume a posição de chefe da casa³ (CAMARERO, 2009). Na realidade do Sul do Brasil, a mulher também desempenha rotineiramente trabalhos produtivos, principalmente na agricultura familiar, mas tem, muitas vezes, o seu trabalho desvalorizado. Conjugado a isso, há a

dificuldade do acesso à terra, devido à herança que privilegia os filhos homens (PAULILO, 2004); e a modernização agrícola que, ao diminuir drasticamente a necessidade de mão de obra, colaborou ainda mais com a separação da mulher do trabalho produtivo (BRUMER, 2004). Na década de 1960, Pierre Bourdieu observou, na França, que o modelo moderno de vida urbana exercia um poder de atração bem maior entre as moças do que entre os rapazes rurais (BOURDIEU, 2002). Deste modo, em muitas regiões rurais, as moças passaram a ser socializadas para a valorização do estudo e, assim, preparadas para o trabalho e a vida urbanas.

Vários estudos que procuram explicar este processo de masculinização rural apresentam constatações bastante genéricas, parecendo servir para explicar contextos sociais em quaisquer territórios. Entretanto, o espaço rural é bastante heterogêneo e as peculiaridades de cada região podem interferir nos processos decisórios de permanência ou não da mulher neste meio. No caso do Rio Grande do Sul, por exemplo, a gravidade do processo de masculinização rural varia de forma acentuada conforme a região (COSTA RAUBER, 2010). O processo de masculinização rural é forte no Rio Grande do Sul, com tendência de agravamento. No espaço rural do RS em 2007, a razão entre sexos assumiu os valores de 111 homens para cada 100 mulheres. Em algumas regiões, como a Campanha, esta relação chegou a 128/100 e, especificamente entre a população adulta (de 25 a 59 anos) nesta região, a relação chegou a 139/100 no mesmo ano (COSTA RAUBER, 2010). O problema apresenta graves contornos e precisa de maior atenção e medidas urgentes e eficazes por parte da sociedade e do poder público. Neste sentido, Froehlich *et al.* (2011) apontam para a necessidade de que a formulação de políticas públicas incidentes sobre esta problemática leve em consideração as especificidades regionais, pois os condicionantes do fenômeno são bastante variáveis conforme as trajetórias sócio-históricas de cada região.

Neste contexto, o presente trabalho tem como objetivo relacionar algumas das principais políticas públicas brasileiras voltadas às mulheres rurais com as condições específicas dos nove sistemas agrários existentes no RS. Para possibilitar melhor eficácia no enfrentamento da masculinização rural, estas políticas precisam passar a considerar as especificidades regionais, o que não acontece, já que são genéricas. Assim, procura-se discutir, de forma breve e a partir da realidade de cada região do RS

(com base nas características do sistema agrário), o potencial de algumas ações governamentais referentes à assistência social, infraestrutura, reforma agrária, saúde, educação e crédito, com vista à redução do processo de masculinização rural.

A regionalização por sistemas agrários⁴ parece um dos meios apropriados para auxiliar nos estudos deste tema, pois oferecem elementos que ajudam a explicar as trajetórias sócio-históricas e a consequente diferenciação entre regiões, possibilitando correlações com o processo de masculinização rural. A preocupação com a evolução histórica e ambiental de cada região torna a metodologia adequada ao estudo das características do espaço rural e de processos sociais contemporâneos, como o aqui abordado. No estado do Rio Grande do Sul, já existe uma regionalização por sistemas agrários, a qual foi utilizada como referência para este trabalho (SILVA NETO e BASSO, 2005). Recorreu-se, assim, às características do processo de masculinização rural nos nove sistemas agrários do RS (Campanha, Serra do Sudeste, Depressão Central, Litoral Norte, Litoral Sul, Colônias Velhas, Campos de Cima da Serra, Colônias Novas e Planalto) trabalhados em Costa Rauber (2010)⁵. Também foi realizada, para os fins deste artigo, pesquisa bibliográfica sobre ações públicas que visam beneficiar as mulheres rurais no Brasil. De forma complementar, utiliza-se o conhecimento prévio dos autores sobre as realidades rurais das diferentes regiões do RS para formular possíveis explicações sobre o processo de masculinização rural aqui abordado.

Abordagem e caracterização dos sistemas agrários no RS

A Teoria dos Sistemas Agrários vem sendo utilizada desde a década de 1960 pela Cátedra de Agricultura Comparada e Desenvolvimento do Instituto Nacional Agrônômico de Paris-Grignon. É uma abordagem que possibilita analisar a evolução histórica e a diferenciação geográfica da agricultura. Com pequenas adaptações, também abrange as atividades não-agrícolas desenvolvidas no espaço rural, ampliando assim seu potencial de análise sobre o complexo mundo rural contemporâneo. O sistema agrário é determinado através da utilização de um conjunto de critérios relacionados ao agroecossistema e ao sistema social produtivo (SILVA NETO e BASSO, 2005).

O agroecossistema, ou ecossistema cultivado, corresponde à forma com que se organizam os constituintes físicos, químicos e biológicos de um sistema agrário. Um agroecossistema corresponde às modificações mais ou menos profundas impostas aos ecossistemas naturais para que a sociedade humana nele instalada obtenha produtos de seu interesse. [...] O sistema social produtivo corresponde aos aspectos técnicos, econômicos e sociais de um sistema agrário, constituindo-se de um conjunto de unidades de produção, caracterizadas pela categoria social dos agricultores e pelos sistemas de produção por eles praticados (SILVA NETO e BASSO, 2005, p.18 e 19).

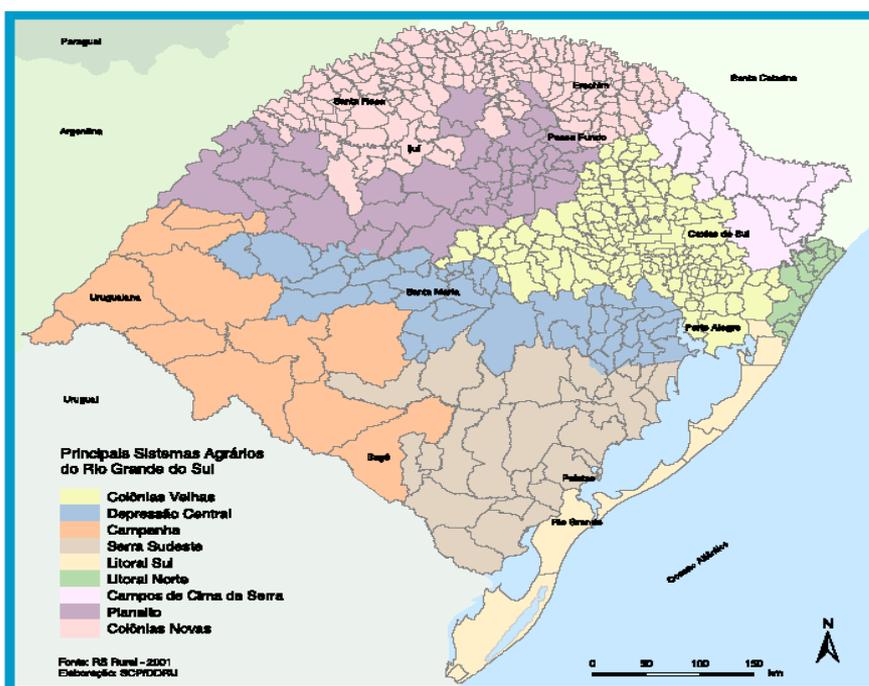
Segundo Frantz e Silva Neto (2005), constituíram-se historicamente no Rio Grande do Sul, inicialmente, dois sistemas agrários: Sistema Agrário Agrícola e Sistema Agrário Pastoril. Estes predominavam respectivamente na região de floresta (metade norte do Estado) e na região de campo (metade sul). Tais Sistemas Agrários desenvolveram-se em períodos diferentes e de forma espacialmente justaposta. A elite pastoril, através da força militar, conseguiu agregar novas áreas de campo nos séculos XVIII e XIX. Como não havia interesse de praticar a pecuária extensiva nas áreas de floresta, estas foram utilizadas para projetos de colonização no século XIX, desenvolvendo o Sistema Agrário Agrícola (FRANTZ e SILVA NETO, 2005).

A estrutura dual dos sistemas agrários gaúchos transforma-se aos poucos, tornando-se mais complexa. Desenvolve-se a orizicultura na Depressão Central a partir da década de 1950, a qual avança sobre a região de campos (Campanha e Serra do Sudeste). Posteriormente, difunde-se a triticultura na região da Campanha. No Planalto, aparecem as granjas de soja e trigo. Aparece a complementaridade lavoura-pecuária, onde os invernadores, ou terminadores, após o cultivo da soja, fazem a pastagem de inverno para a engorda do gado comprado magro. Nas unidades de produção empresariais, que costumam desenvolver as atividades mencionadas, a mão de obra contratada é a base do trabalho. Além disto, estas atividades, assim como outras no Estado, tornam-se bastante dependentes de insumos externos, maquinários e das oscilações de preço do mercado externo (FRANTZ e SILVA NETO, 2005).

A partir da necessidade do estabelecimento de uma regionalização mais contemporânea por sistemas agrários para o Rio Grande do Sul, Silva Neto (2005) faz uma proposta com base na relação entre categoria social e agroecossistema. Para definir os limites entre as regiões, foram utilizados indicativos sobre a predominância de categorias sociais através de dados do IBGE. Foram levados em consideração a

estrutura fundiária, o número de empregados permanentes, a quantidade de arroz vendido, a quantidade de soja vendida, o número de máquinas para a colheita e as condições fisiográficas. O resultado foi a formação de nove regiões que estão ilustradas na Figura 01 e descritas na sequência⁶.

FIGURA 01 - MAPA DA REGIONALIZAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL POR SISTEMAS AGRÁRIOS



Fonte: Adaptado de Silva Neto (2001).

A região 01, Campanha, localiza-se no sudoeste gaúcho, apresentando relevo plano onde o solo tem formação basáltica, e relevo acidentado onde o solo tem formação sedimentar. O campo é limpo e de bom rendimento forrageiro nas áreas com presença de rochas basálticas. A região apresenta a maior concentração fundiária do estado. A pecuária extensiva domina a maior parte da área, que também se caracteriza pela produção de arroz, em menor escala (SILVA NETO, 2005).

A Serra do Sudeste, região 02, tem o relevo de ondulado a fortemente ondulado, o que dificulta a mecanização, apresentando solos geralmente pobres. A região tem a pecuária como grande expressão, entretanto a produção agropecuária é mais

diversificada do que na Campanha. A agricultura familiar⁷ tem uma importância econômica maior nessa região, desenvolvendo sistemas de produção mais adaptados à sua realidade. A menor concentração fundiária, entretanto, não esconde a presença hegemônica dos estancieiros (SILVA NETO, 2005).

Na Depressão Central, região 03, predomina relevo com grandes planícies e ondulações. Esse relevo, juntamente com a baixa produtividade da pecuária extensiva, favoreceu o desenvolvimento da cultura do arroz irrigado. Essa é a região onde mais se desenvolveu a orizicultura no Rio Grande do Sul (SILVA NETO, 2005).

As regiões 04 e 05, Litoral Norte e Litoral Sul, são marcadas pela altitude menor que 40m. A agropecuária no litoral gaúcho é pouco desenvolvida. Destaca-se a produção de frutas tropicais no Litoral Norte, principalmente a banana, e a orizicultura no Litoral Sul (SILVA NETO, 2005).

A região 06, Colônias Velhas, situa-se ao sul dos Campos de Cima da Serra. Ela tem o relevo bastante acidentado e uma grande diversidade de solos. Nessa área, a agricultura familiar, que é amplamente hegemônica, apresenta o maior grau de acumulação econômica do Estado. Também é a região com maior diversidade social do RS (SILVA NETO, 2005).

Acima dessa área, no extremo nordeste do RS, fica a região 07, dos Campos de Cima da Serra. Seus solos têm como característica a profundidade e a baixa fertilidade natural. A pecuária extensiva é bastante representativa, tendo baixa produtividade. Nas áreas de mata densa, se faz a exploração madeireira e, em alguns municípios, destaca-se a produção empresarial de frutas de clima temperado, principalmente a maçã (SILVA NETO, 2005).

A região 08, Colônias Novas, está situada no norte e noroeste do RS. Caracteriza-se agroecologicamente por relevos ondulados e solos profundos, com exceção do Médio e Alto Vale do Rio Uruguai, onde o relevo é acidentado e os solos rasos. A agricultura familiar predomina na região, com grande dependência da produção de soja. Assim, a agricultura é menos intensiva do que a das Colônias Velhas e vem empobrecendo onde a estrutura fundiária está muito fragmentada (SILVA NETO, 2005).

Por último, o Planalto, região 09, localiza-se entre a Colônia Nova, a Colônia Velha e a Depressão Central. Seu relevo é ondulado; e os solos, profundos e pobres em nutrientes.

Caracterizam a região as lavouras relativamente extensas de grãos, principalmente soja, e uma pecuária extensiva pouco lucrativa. A estrutura fundiária é mais concentrada, com um número considerável de empregados permanentes e maior grau de mecanização do que as regiões ocupadas pela agricultura familiar (SILVA NETO, 2005).

A inserção socioprodutiva das mulheres e a masculinização nos sistemas agrários do RS

Uma das consequências mais graves da masculinização rural é o prejuízo à formação da família. O êxodo seletivo da mulher acaba incentivando o homem a também abandonar o rural; ou a assumir a vida solitária, de celibatário; ou a encontrar uma parceira na cidade, que aceite residir no meio rural (o que ainda é bastante incomum, mas acontece em alguns casos, como relata Strapasolas (2004) com relação ao Oeste de Santa Catarina). No contexto rural gaúcho, onde a agricultura familiar é predominante, a previsão de aumento nos índices de masculinidade significa o comprometimento da sucessão dos estabelecimentos e, em consequência, da sustentabilidade social da agricultura familiar em longo prazo. A desertificação social do rural de algumas regiões do Estado pode acontecer, da mesma forma que já vem ocorrendo em alguns países europeus, como relata Camarero *et al.* (2009) para o caso espanhol.

O processo de masculinização rural mostra-se bastante intenso no RS, com perspectiva de agravamento do problema no futuro, caso não seja devidamente considerado. Houve uma intensificação do processo no Estado entre 1950 e 2007⁸ que, entretanto, não ocorre de forma homogênea, pois existe uma variação dos índices de masculinidade⁹ da população rural conforme os sistemas agrários (ver Tabela 03). Regiões como Campanha, Litoral Sul, Serra do Sudeste e Campos de Cima da Serra mostraram aumento significativo nos índices de masculinidade entre 1950 e 2007, sendo que as duas primeiras já apresentavam a tendência em 1950 e as outras a desenvolveram posteriormente. Em todas essas regiões, a pecuária de corte apresenta-se como atividade predominante, em sistemas de produção extensivos, de baixa necessidade de mão de obra por unidade de área e com a propriedade da terra historicamente bastante concentrada, com presença representativa da categoria patronal e trabalho assalariado (COSTA RAUBER, 2010).

TABELA 03 – Valores médios da razão de sexo, geral e por faixa etária, para a população rural dos Sistemas Agrários do Rio Grande do Sul em 1950 e 2007.

Regiões	1950	2007				
	Geral	Geral	0-14 anos	15-24 anos	25-59 anos	60 ou mais
Campanha	112,95	127,69	107,58	121,51	138,87	140,11
Serra do Sudeste	107,21	119,42	109,29	118,64	125,98	119,79
Depressão Central	104,27	116,06	107,08	116,13	122,74	111,06
Litoral Norte	105,07	114,42	110,30	110,05	121,28	99,32
Litoral Sul	114,74	123,35	108,23	121,28	129,32	137,76
Colônias Velhas	104,07	110,13	107,54	118,33	117,10	93,46
Campos de Cima da Serra	105,65	116,51	105,84	125,64	119,19	123,47
Colônias Novas	104,77	107,62	106,85	115,33	110,13	97,09
Planalto	103,97	110,54	108,51	112,72	112,54	108,25

Fonte: Censo Demográfico de 1950 e Contagem Populacional de 2007. Publicado em Costa Rauber (2010, p.56).

Nestes sistemas agrários (Campanha, Litoral Sul, Serra do Sudeste e Campos de Cima da Serra), o trabalho assalariado constitui uma situação que favorece o trabalho produtivo do homem em relação ao da mulher.

Além disso, a criação extensiva do gado de corte tem uma vinculação cultural e historicamente construída com a figura masculina, o que influencia para a manutenção de um papel produtivo secundário para as mulheres neste contexto. O histórico de guerras, conflitos e revoluções e a cultura gaúcha, através das músicas, vestimentas e contos; atribuem as lidas campeiras ao homem gaúcho, caracterizado como viril e destemido (LEAL, 1992). O papel da prenda, enquanto o peão maneja o gado, é esperá-lo com o mate feito ao entardecer, se possível meiga e com uma flor no cabelo, conforme representações de algumas músicas tradicionalistas gaúchas. Para Brito *et al.* (2009) a tradição gaúcha está bastante calcada na busca por preservar valores derivados de uma sociedade patriarcal e bastante machista. No entanto, a realidade do dia a dia campeiro não é essa. Na Campanha, por exemplo, a mulher não tem um papel ‘meramente decorativo’, principalmente nas unidades de produção familiares, onde a mulher aprende desde criança as atividades relativas ao manejo do gado de corte, realizando-as com frequência (BRITO *et al.*, 2009). Todavia, este trabalho muitas vezes não é reconhecido nem mesmo por elas próprias.

A partir do conhecimento prévio da realidade das regiões de forte presença da agricultura patronal do Estado, acima mencionadas, pode-se afirmar que é comum as

mulheres dos patrões ou dos trabalhadores assalariados residirem na cidade com os filhos, trabalhando ou não em atividades urbanas. A propriedade rural geralmente é apenas visitada pelas patroas, sem que haja envolvimento com as questões produtivas. As tarefas da casa rural costumam ser transferidas a outras mulheres, as empregadas domésticas, que têm o trabalho supervisionado e dirigido pelas patroas. Assim, a inserção das mulheres rurais na categoria familiar ou patronal determina a necessidade do seu trabalho produtivo na propriedade, sendo que, na primeira categoria, elas executam as mesmas atividades que os homens, sem que, entretanto, esse trabalho seja igualmente reconhecido (BRITO *et al.*, 2009).

Nos momentos de lazer coletivo, novamente o papel historicamente definido para homens e para mulheres fala mais alto. Os homens costumam ir rotineiramente aos bolichos ou rodeios, geralmente sozinhos, enquanto as mulheres ficam em casa. Esta característica pode ser observada no cotidiano rural de várias regiões do Estado, não apenas nas de pecuária extensiva¹⁰. Mas, no contexto de grandes distâncias entre as propriedades, a sensação de isolamento costuma ser mais forte.

Já nas Colônias Velhas e Colônias Novas, onde a presença da agricultura familiar é predominante, os índices de masculinidade são bem mais baixos que os das regiões pecuaristas acima citadas¹¹. A partir do conhecimento prévio destas regiões, pode-se dizer que os homens destes locais também têm o costume de praticar atividades de lazer separados das mulheres, como o carteadado e o jogo de bochas. A diferença consiste no fato de que as mulheres rurais também costumam se reunir nessas regiões, inclusive formando numerosos grupos de mulheres rurais. Esse é um ponto que merece investigações específicas, mas, a princípio, as mulheres rurais dessas regiões parecem ter uma organização social mais forte do que nas demais. A própria densidade demográfica facilita essa organização. A participação da mulher na comunidade fica fortalecida, embora isso não represente, de maneira alguma, a existência de igualdade entre os gêneros nessas comunidades.

A justificativa mais plausível, entretanto, para os menores índices de masculinização rural nas regiões das colônias parece ser a natureza das atividades mais significativas nessa realidade. Estas regiões, constituídas a partir do trabalho na agricultura dos caboclos brasileiros e dos colonos europeus não-ibéricos,

desenvolveram sistemas de produção bastante intensivos em terra e mão de obra. Nestes sistemas agrários, atividades como a vitivinicultura, a suinocultura, a fumicultura e a produção de leite são bastante representativas (SILVA NETO e BASSO, 2005), e garantem o papel feminino na produção. O histórico dos sistemas de produção que envolve essas atividades é marcado pelo trabalho de boa parte, ou de toda a família, necessário para ‘dar conta do serviço’, no caso da agricultura familiar.

Assim, a necessidade do trabalho produtivo das mulheres nessas regiões pode ter formado uma cultura de maior valorização do seu trabalho em relação ao contexto social e produtivo de outros sistemas agrários. A existência e reconhecimento do papel produtivo feminino na sociedade rural podem reforçar sua identidade de agricultora. As questões identitárias têm um papel importante para a permanência das mulheres no espaço rural, como Sampedro (1996) e Cruz (2006) mostram no contexto espanhol. Assim, aparentemente, forma-se ao longo do tempo uma cultura de maior valorização da vida rural, embora este aspecto mereça ser melhor estudado. Essa parece ser a principal explicação para a maior presença feminina nesses sistemas agrários. Entretanto, existem outros fatores explicativos importantes, um deles pode ser a significativa presença de atividades não-agrícolas nessas regiões.

O Planalto e a Depressão Central sofreram uma mudança de comportamento entre 1950 e 2007. Essas regiões tinham baixos índices de masculinidade em 1950, mas tiveram seus índices incrementados em 2007, assumindo uma posição intermediária entre os altos índices de masculinidade das regiões de pecuária extensiva e os baixos índices das Colônias. Essa situação pode ser explicada pela drástica diminuição do grau de intensidade de uso da terra e da mão de obra por conta da intensiva mecanização nas culturas do arroz e da soja, muito significativas nestas regiões, o que interferiu diretamente no trabalho da mulher, que foi paulatinamente desvinculada das atividades produtivas. A mecanização das atividades excluiu principalmente a mulher do trabalho agrícola, como aponta Brumer (2004) e Panzutti (2006). Nas cadeias produtivas da soja e do arroz irrigado, as atividades administrativas e práticas, como a condução das máquinas, costumam ser realizadas por homens¹². O trabalho da mulher na agricultura familiar, então, volta-se para outras culturas, para atividades do lar ou para atividades não-agrícolas no espaço rural ou urbano, aumentando as possibilidades de residência

urbana. Cabe ressaltar que, nas Colônias Novas, a produção de soja também é significativa, entretanto, a presença marcante da produção leiteira e da agricultura familiar, conforme Silva Neto e Basso (2005), parece manter a demanda e favorecer a presença feminina nas atividades produtivas, o que reduz os índices de masculinidade nesta região.

Já ao considerar a população rural gaúcha por faixas etárias (0-14, 15-24, 25-59, e 60 ou mais anos), a diferenciação estatística entre os dados dos sistemas agrários do RS se evidencia na população maior que vinte e cinco anos¹³. Entre a população adulta (terceira faixa etária), a diferenciação obedece praticamente ao mesmo padrão estabelecido para a população rural geral do RS, conforme abordado anteriormente. Já na população com sessenta anos ou mais, pode-se diferenciar claramente três comportamentos: predomínio feminino moderado nas regiões de agricultura familiar; masculinização rural moderada nas regiões de agricultura mecanizada; e masculinização rural intensa nas regiões de pecuária extensiva (COSTA RAUBER, 2010).

A partir do conhecimento prévio da realidade rural das diferentes regiões do RS, pode-se dizer que, quando estão na pré-adolescência, as meninas rurais gaúchas, além de estudarem meio turno, geralmente aprendem a cozinhar, limpar a casa e auxiliam no cuidado dos irmãos mais novos, principalmente na agricultura familiar. Grande parte delas também começa a desempenhar as atividades produtivas. Os meninos, por sua vez, não costumam participar das atividades reprodutivas, do lar, ou participam pouco, principalmente quando têm irmãs, dividindo o tempo entre o estudo, as brincadeiras e as atividades produtivas. O trabalho nas atividades produtivas costuma ser mais precoce na agricultura familiar, onde há maior carência de mão de obra em alguns períodos e tipos de produção, como a colheita do fumo¹⁴, por exemplo. As atividades desempenhadas por esses pré-adolescentes, entretanto, costumam ser mais leves do que as dos adultos.

Na infância e pré-adolescência, portanto, desenham-se as estruturas da divisão do trabalho e das relações de gênero do espaço rural; ou melhor, elas são repassadas de geração para geração. O êxodo seletivo, entretanto, não é representativo até os catorze anos no Rio Grande do Sul. Até essa idade, a migração para as cidades só costuma acontecer quando é acompanhada pelos pais ou parentes próximos. Meninos e meninas geralmente têm acesso às escolas de ensino fundamental localizadas relativamente

próximas das suas residências ou são beneficiados com transporte escolar para levá-los até escolas mais distantes. Além de não terem maturidade suficiente para morar sozinhos nas cidades, também não encontrariam emprego nessa idade. Essas condições, somadas ao equilíbrio da proporção entre sexos ao nascer, fazem com que o índice de masculinidade não seja pronunciado nesta faixa etária.

O processo de masculinização intensifica-se entre a população jovem a partir da população da segunda faixa etária. Novamente buscam-se elementos no conhecimento prévio da realidade rural do Estado para explicar esta situação a partir das questões de gênero. Os rapazes costumam receber um tratamento privilegiado dos pais com relação às moças no que se refere à liberdade e à questão produtiva. A opinião do rapaz sobre a produção costuma ter maior reconhecimento do que a da moça. Após completar os dezoito anos, muitas vezes, os rapazes recebem uma moto ou um carro da família, conforme a possibilidade financeira da mesma, como pagamento por seu trabalho e estímulo para continuar na propriedade, que não é comum entre as moças. Nas opções de lazer, o rapaz também costuma participar mais, já que geralmente frequenta a ‘bodega’¹⁵ nos finais de semana, com os amigos jovens e homens adultos. Esse não costuma ser um lugar frequentado pelas moças.

Quando não têm bailes ou festas nas proximidades da residência, as moças costumam participar de atividades religiosas ou visitar as residências das amigas. As festas e bailes de que participam costumam ser raros, pois, muitas vezes, não são autorizadas a ir a todos os eventos da região. Em relação aos bailes, principalmente há um cuidado bem maior dos pais para com elas, sendo que, muitas vezes, somente permitem a participação da moça no evento se acompanhada por parentes, geralmente o irmão. Já o rapaz costuma ter liberdade praticamente irrestrita, indo aonde quiser e voltando a hora que quiser, desde que faça as tarefas a ele determinadas. Embora essa relação venha sendo modificada ao longo das últimas décadas, ainda vigora, em muitos locais do espaço rural do RS, o pensamento patriarcal de que o rapaz é independente, sabe se cuidar, enquanto que a moça é frágil, precisando ser protegida.

A continuação dos estudos, seja no ensino médio seja no superior, também predispõe a moça a abandonar a vida rural. A família prepara a jovem para o estudo, para a vida urbana, onde o seu futuro seria melhor e, como consequência, a escolaridade

das moças rurais costuma ser maior do que a dos rapazes, como é observado por Strapasolas (2004) no Oeste de Santa Catarina. Contemporaneamente, também cresce no espaço rural gaúcho o grupo de jovens dedicados somente aos estudos. Nesses casos, os pais separam suas filhas de qualquer atividade agropecuária, elas ‘não sujam as mãos’, vivendo como se fossem urbanas e com grande expectativa de mudança para a cidade. Uma explicação para esse fato pode ser a constatação, feita por Siqueira (2004), de que a decisão de permanecer ou não na unidade produtiva antecede a de continuar os estudos. Na maioria das vezes, a escola situada no espaço rural costuma passar conteúdos de ensino voltados à realidade urbana, afastando ainda mais a estudante da vida que a rodeia. Além disso, a oferta de ensino médio no espaço rural do RS é insuficiente; e a oferta de ensino superior, praticamente inexistente. É comum o transporte dos alunos do ensino médio para as escolas da cidade, onde se aproximam ainda mais da vida urbana. Alguns locais no RS, entretanto, sequer oferecem essa opção. Assim, quem deseja prosseguir os estudos precisa se deslocar ou passar a residir na cidade, como relatam Costa e Marin (2013) em relação ao município de Alegrete.

Há uma tendência maior de migração entre os jovens que estudam mais, sejam moças, sejam rapazes, sendo que as moças possuem mais anos de estudo que os rapazes. Apesar disso, a maior parte das jovens rurais gaúchas não tem um alto grau de escolaridade, mas mesmo nessas condições, elas migram mais que os rapazes, buscando um emprego urbano. Assim, o desejo de continuidade do estudo não pode ser considerado o único fator explicativo da seletividade feminina no êxodo de jovens rurais. Outros fatores, como a oferta de trabalho urbano para as mulheres na região, também são importantes.

No Rio Grande do Sul, a mulher rural adulta geralmente tem a sua própria família constituída. O seu papel na família passa de filha para esposa e mãe. O matrimônio e os filhos reforçam a ligação da mulher com o seu núcleo familiar e, indiretamente, com o espaço rural. A decisão de arriscar uma nova vida na cidade torna-se mais difícil, pois o risco precisa ser minimizado quando existem mais pessoas envolvidas. Migrar sozinha para trabalhar na cidade, deixando marido e filhos residindo no espaço rural, é difícil. Todavia, a masculinização é bastante intensa entre a população rural desta faixa etária, principalmente em algumas regiões, como pode ser visto na

Tabela 03. Sabe-se que o êxodo seletivo das jovens ao longo de décadas, reforçado em algumas regiões, evoluiu para a atual configuração da masculinização rural entre a população adulta. Esta explicação, entretanto, não contempla sozinha a clara diferença de intensidade do processo entre as regiões.

Quando não está integrada às atividades produtivas, geralmente nos sistemas de produção extensivos, a mulher de origem rural pode residir na cidade com os filhos, principalmente as crianças, buscando trabalho nesse contexto. Em alguns sistemas de produção extensivos ou mecanizados, essa situação é bastante comum. Com relação aos peões, em regiões de forte presença da pecuária extensiva, é frequente o caso de homens solteiros que residem na propriedade do patrão, disseminando a figura do ‘solteirão’, conforme constataram Costa e Marin (2013). Também são bastante representativos os casos de agricultores e pecuaristas que têm residência na cidade, com a família, mas que vivem grande parte do tempo em suas unidades de produção, configurando situação parecida com a dos assalariados. Embora também ocorra na agricultura familiar, essa situação é bem mais comum na agricultura patronal, em que as mulheres se mantêm mais afastadas da produção.

O reflexo de décadas de êxodo rural seletivo, atingindo mais as moças, processo reforçado em algumas regiões, com a perda de espaço do trabalho produtivo feminino em alguns sistemas de produção importantes e a paulatina desintegração do tecido social, principalmente em alguns locais, podem explicar a diferenciação da masculinização rural entre as regiões do RS. Dito de outra forma, as regiões onde a dinâmica socioeconômica é definida pela agricultura familiar parecem apresentar maior demanda produtiva e melhores condições de permanência para as mulheres rurais adultas.

É comum que, após a aposentadoria rural - alcançada aos cinquenta e cinco anos pela trabalhadora e aos sessenta pelo trabalhador¹⁶, o casal sem sucessor diminua consideravelmente a produção comercializada, embora dificilmente a produção agropecuária seja totalmente abandonada. Assim, continua a haver neste grupo a influência do processo produtivo sobre os índices de masculinidade. Outra opção é a venda da propriedade e a mudança para a cidade, onde viverão dos rendimentos mensais da aposentadoria. Esta mudança é justificada principalmente pela busca de acesso mais

fácil aos recursos médicos (BRUMER, 2004). Nas regiões de pecuária extensiva, principalmente na Campanha, as distâncias entre as residências rurais costumam ser grandes. O acesso aos centros urbanos municipais também é dificultado por imensas distâncias, muitas vezes sem que haja opção de transporte coletivo diário e atendimento médico nas redondezas, conforme relatam Costa e Marin (2013). Essa realidade acentua a tendência de mudança para a cidade, sobretudo nos casos das viúvas.

É sabido que o valor do benefício oferecido pela previdência social brasileira é insuficiente para atender a todas as necessidades do aposentado, obrigando-o a continuar a trabalhar, o que é mais comum entre os homens (BRUMER, 2002). No contexto rural, costuma haver uma continuação das atividades produtivas após a aposentadoria, principalmente nos primeiros anos após o início do recebimento do benefício e nos casos de inexistência de doenças graves. Em muitas localidades rurais do Rio Grande do Sul, inclusive, é comum ouvir agricultores relacionando a manutenção das atividades produtivas na velhice, mesmo que em menor intensidade, com o bom estado de saúde de que ainda gozam.

Observa-se que, nas atividades agropecuárias gaúchas intensivas em mão de obra, como na fumicultura ou na pecuária de leite, o trabalho da idosa na unidade produtiva é ainda muitas vezes indispensável. Elas atuam diretamente nessas atividades ou no cuidado das crianças e da casa, preparando a alimentação para que as outras pessoas possam se dedicar integralmente às atividades produtivas. Geralmente as regiões onde sistemas produtivos com essas atividades são mais representativos apresentam-se mais povoadas do que as regiões de pecuária extensiva, tendo também uma infraestrutura que oferece postos de saúde relativamente próximos às unidades produtivas, o que favorece a permanência de idosos e idosas. Atualmente também vem crescendo, nos espaços rurais das regiões das Colônias e do Planalto, a organização de grupos de terceira idade, com oferta de opções de lazer e saúde para esse público. Já nas regiões de pecuária extensiva, a inexistência, ou presença deficitária, dessa infraestrutura aliada à menor necessidade do trabalho da mulher idosa faz com que ela tenha uma predisposição maior a migrar para a cidade.

Ações públicas para a redução da masculinização rural: discutindo a adequação às condições regionais

A luta das mulheres rurais do RS, organizadas em movimentos sociais, já obteve conquistas representativas e continua a reivindicar melhorias nas condições de vida no campo. O trabalho do Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) no RS é um bom exemplo desta mobilização e avanços¹⁷. Entre as conquistas alcançadas pela organização das mulheres rurais brasileiras, principalmente da Região Sul, está o acesso ao benefício de aposentadoria por idade e à licença maternidade remunerada a partir da Constituição de 1988. A obrigação de comprovação da condição de agricultora para alcançar esses benefícios faz com que os nomes das mulheres constem agora nos blocos de produtores. Essa obrigação, entretanto, segundo Brumer (2004), não elimina de todo a condição de dominação masculina ainda presente nas unidades de produção.

O avanço dessas conquistas na seguridade social está no reconhecimento da condição de agricultoras destas mulheres, pois antes eram vistas pela sociedade geral somente como donas de casa e esposas de agricultores. A renda da aposentadoria e da licença maternidade muitas vezes é a primeira renda própria da mulher, embora nem sempre sob sua administração. O benefício temporariamente recebido referente à licença maternidade geralmente cobre gastos médicos e o enxoval da criança. Já a aposentadoria significa uma entrada de renda mensal, o que não costuma ser frequente na produção agropecuária. São vitórias importantes, mas ainda não garantiram a equidade nas relações de gênero no espaço rural, nem a permanência feminina nesse espaço. No Rio Grande do Sul, especialmente nas regiões de pecuária extensiva, entende-se que, pelo contrário, a aposentadoria proporcionou autonomia financeira às mulheres rurais idosas para que pudessem buscar na cidade a infraestrutura que era deficitária onde residiam, ou mesmo a união familiar, juntando-se aos filhos e netos, que já haviam migrado para as cidades.

O Programa Luz Para Todos¹⁸ é um elemento importantíssimo nas políticas de infraestrutura, já que pretende garantir o acesso à luz elétrica de forma gratuita a todas as residências rurais. Especialmente nas regiões de pecuária extensiva, esse programa pode contribuir positivamente na permanência ou até na volta de mulheres e jovens ao campo, já que, antes dele, eram significativos os casos de moradias sem luz elétrica,

principalmente nas localidades mais distantes dos centros urbanos. O incremento no conforto, a maior possibilidade de acesso aos meios de comunicação e a facilitação dos trabalhos do lar podem beneficiar principalmente esse público. Pode-se perceber, na Região da Campanha, que algumas famílias retornaram ao espaço rural depois da instalação da energia elétrica. Esse, todavia, é um resultado a ser melhor observado e avaliado em médio prazo.

De forma semelhante, na área da saúde, a distribuição de unidades básicas de saúde no espaço rural, que acontece principalmente nas regiões com maiores densidades demográficas, como as Colônias Velhas e Colônias Novas, possibilita a melhoria na qualidade de vida das pessoas e pode estar favorecendo a permanência de mulheres idosas nesses locais. Esse é um ponto importante, já que a distância das unidades de saúde parece influir de forma determinante no êxodo rural, principalmente com relação aos idosos. Seja através de unidades de saúde permanentes ou móveis, este atendimento no espaço rural gaúcho merece maior atenção do poder público, principalmente nas regiões de pecuária extensiva e de agricultura mecanizada.

Em relação ao crédito, têm sido criadas atualmente algumas linhas específicas para o público feminino, como o PRONAF Mulher19. Foram estipuladas metas para aumento do percentual de crédito concedido às mulheres, as quais não foram atingidas, pois a procura das mulheres continuou baixa. Conforme Buto e Hora (2008), o estabelecimento de um percentual mínimo de 30% para destinação preferencial às mulheres dos recursos do PRONAF, a partir de 2001, não alterou significativamente o acesso das mulheres, sendo que, na safra 2001/2002, elas representaram apenas 10,4% dos contratos realizados. Outra mudança importante é a exigência da assinatura do casal para a concessão de alguns empréstimos. Nota-se que essas conquistas obtidas, através da luta de organizações feministas, são significativas, porém não alcançam o efeito esperado sozinhas. Precisam ser trabalhados os fatores determinantes desta baixa procura por crédito por parte das mulheres rurais. A oferta de crédito às mulheres é importante em todo o RS, entretanto precisa ser fortalecida especialmente na Campanha, Litoral Sul e Serra do Sudeste, onde a presença feminina é menor entre a população adulta.

O fechamento de pequenas escolas rurais de ensino fundamental e médio, com a opção pela concentração dos educandos e educandas em centros educacionais maiores ou urbanos, processo intensificado recentemente em todo o Estado do RS, tem efeito contrário às iniciativas anteriores. A escola local exerce um papel de representação simbólica e organizativa para a comunidade, principalmente nos contextos de grande distância dos centros urbanos, que é especialmente significativo nas regiões de pecuária extensiva. Ela também proporciona a possibilidade do papel de educador ser exercido na própria localidade, função essa que, em muitos casos, é exercida pelas mulheres. Além disso, a opção pelo estudo na cidade, conforme já foi citado, afasta ainda mais o educando e a educanda da sua origem rural. As instituições de ensino técnico e superior também costumam se situar nos centros urbanos. Existem, no Rio Grande do Sul, entretanto, algumas experiências riquíssimas de educação rural, presenciais, semipresenciais e à distância, que podem ser incentivadas e replicadas²⁰.

A reforma agrária parece apresentar bom potencial para o restabelecimento do equilíbrio da proporção por sexo da população rural de algumas áreas. O acesso à terra, que historicamente no Brasil foi relacionado à figura masculina, paulatinamente passa a incluir a mulher de forma igualitária nos assentamentos brasileiros. Conforme Deere (2004, apud BRUMER e ANJOS, 2008), o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), pressionado pelos movimentos sociais, tomou algumas medidas para ampliar o acesso das mulheres aos lotes da reforma agrária. Entre eles, a revisão de quase todos os formulários utilizados no processo seletivo, incluindo na primeira página o nome dos esposos ou companheiros como co-candidatos ou beneficiários, em uma titulação conjunta dos lotes do assentamento. Para Brumer e Anjos (2008), essa medida auxilia na garantia de direitos da mulher, como da aposentadoria rural. No entanto, tem pouco efeito sobre a percepção de renda própria se não for acompanhada de políticas, como o apoio a atividades produtivas por parte das mulheres.

As regiões da pecuária extensiva e da agricultura modernizada apresentam a propriedade da terra bastante concentrada. Assim, a reforma agrária realizada com base neste foco parece apresentar bom potencial para aumentar a presença feminina, o que seria especialmente indicado para essas regiões. No assentamento das famílias, precisam ser tomadas algumas medidas para que a reforma agrária consiga influenciar no

aumento do percentual de mulheres nas áreas rurais. Pode-se, por exemplo, priorizar o assentamento de famílias com presença representativa de mulheres. Os casos de lotes onde são assentados apenas homens solitários podem agravar ainda mais o problema. O acesso à terra, por si só, também não garante a permanência dessas mulheres nos lotes. As recentes ações de extensão rural e crédito voltadas às mulheres, que estão sendo realizadas nos assentamentos, precisam ser fortalecidas, sendo também essencial a aposta em ações voltadas especificamente às jovens. Apenas assentar as famílias em condições inadequadas, com lotes de tamanho inapropriado, em locais com infraestrutura deficitária e de difícil acesso, sem organização e com pouco apoio do poder público, dificulta a permanência nos assentamentos, principalmente com relação às mulheres e jovens.

Não poderia ser esquecido, nessa discussão, o estímulo às atividades não-agrícolas no rural. Há uma crença no potencial dessas atividades para a garantia da permanência das mulheres rurais no campo em todas as realidades. Conforme Staduto et al. (2009), a agricultura na Região Sul favorece a evasão das mulheres rurais, enquanto as atividades rurais não-agrícolas fazem o contraponto, garantindo a sua permanência no mundo rural. Analisando os dados mostrados por Staduto (2009), pode-se notar que o número de mulheres, no tipo de família conta-própria envolvidas em atividades agrícolas na região Sul, é significativamente maior do que as pluriativas, 378.000 a 104.000, respectivamente, em 2005. Da mesma forma, o crescimento do número de mulheres rurais pluriativas desse tipo de família, de 85.000 em 2001 para 104.000 em 2005, não representa reais possibilidades de reverter o processo de masculinização instalado na região a curto e médio prazo, pois houve uma diminuição de 60.000 mulheres rurais nesse grupo no período. Além disso, a forma de expor a discussão, levando em consideração o número de famílias rurais, esconde a realidade da constituição desta população; pois, por exemplo, o número de famílias rurais cresceu no período estudado, porém não é ressaltado que estas famílias estão cada vez mais sendo constituídas somente por pessoas idosas e homens. Por outro lado, as atividades não-agrícolas são mais adequadas à realidade de algumas regiões, geralmente onde há grande representatividade da agricultura familiar, dinamismo e infraestrutura, ou nas proximidades das cidades médias e grandes.

Desta forma, entende-se que, nas condições do RS, as atividades não-agrícolas oferecem maior potencial para as regiões das Colônias, onde estão os menores índices de masculinidade. Já na realidade de grandes distâncias e contextos da pecuária extensiva da Campanha, Serra do Sudeste, Litoral Sul e Campos de Cima da Serra, onde a masculinização rural é mais intensa, as atividades não-agrícolas mostram um potencial bem menor de crescimento em grande escala, embora algumas atividades sejam promissoras, como o trabalho artesanal com a lã em todas estas regiões e o turismo rural nas duas últimas. O apoio do Estado a este tipo de atividade também é importante.

A partir do estabelecimento de relações entre estas ações governamentais e as particularidades dos sistemas agrários do Estado do RS, podem ser elaborados alguns apontamentos gerais. Primeiramente, precisa-se explorar a questão da valorização do trabalho das mulheres no espaço rural, principalmente nas regiões onde a masculinização é mais intensa, pois essa parece ser uma questão central na problemática. A organização das mulheres rurais do Estado se solidificou historicamente, esse potencial pode ser aproveitado para um avanço no sentido da maior problematização das relações de gênero no campo, principalmente as que acontecem no recinto domiciliar, incentivando um número maior de mulheres rurais a ocupar os seus espaços. O reconhecimento do papel da mulher rural e a igualdade entre os sexos também precisam ser trabalhados nas escolas, já que uma mudança cultural não é imediata, sendo construída ao longo de diferentes gerações. Como já foi mencionado, também é importante investir no ensino voltado à realidade rural. Acredita-se, porém, que essa valorização feminina não aconteça isoladamente. Para Brumer (1996), a valorização do trabalho feminino depende do aumento da renda familiar e da habilitação profissional da mulher.

Entende-se que ações do poder público, como as abordadas neste estudo, são promissoras para o enfrentamento da masculinização rural no RS, se configuradas conforme a realidade da região. Ações voltadas à juventude e à educação no campo, por exemplo, são mais importantes na realidade de baixa representatividade de mulheres jovens mostrada principalmente nas regiões da Campanha, Campos de Cima da Serra e Litoral Sul. A oferta de crédito às mulheres precisa ser fortalecida na Campanha, Litoral Sul, Serra do Sudeste, onde a presença feminina é menor entre a população adulta.

Também nessas áreas existe a necessidade de investimento representativo em infraestrutura, destacando a importância de facilitar o acesso e aumentar as unidades de saúde rurais para obter a permanência das mulheres, particularmente das idosas.

De forma geral, as ações devem focar as regiões da Campanha, Litoral Sul, Serra do Sudeste, Campos de Cima da Serra e Depressão Central, onde a masculinização rural mostra-se mais intensa. Para essas regiões, e para o Planalto, medidas para melhorar o acesso à terra deveriam ser indicadas, já que elas apresentam a propriedade fundiária bastante concentrada. O incentivo à intensificação dos sistemas de produção também é essencial, principalmente nesse contexto. Enfim, propõe-se uma aposta no fortalecimento da agricultura familiar para essas regiões como forma de promover a presença feminina.

A intensificação dos sistemas de produção da agricultura gaúcha, feita com equidade social, é apontada por Frantz e Silva Neto (2005) como base para o desenvolvimento rural no Estado. A intensificação sugerida refere-se ao aumento do valor agregado por unidade de superfície, podendo ser alcançada através do aumento da produção bruta em relação ao consumo intermediário e depreciações ou atividades de agroindustrialização e diversificação produtiva com inserção favorecida em circuitos regionais de mercado. A promoção da agricultura familiar é essencial em uma política de intensificação dos sistemas produtivos.

Ao promover a agricultura familiar e o incremento da necessidade de mão de obra, a intensificação dos sistemas produtivos favorece o trabalho feminino e a consequente permanência da mulher no espaço rural. Assim, reforça-se a necessidade de apoio à intensificação dos sistemas produtivos e à agricultura familiar no RS, formas eficientes de combate à masculinização rural. Uma política de crédito específica para promover a intensificação dos sistemas produtivos e voltada para a agricultura familiar pode ser uma maneira de o Estado alcançar este objetivo, sendo especialmente importante para as regiões gaúchas com alta concentração fundiária.

Para o contexto das Colônias Novas, Colônias Velhas, Litoral Norte e Planalto sugere-se, especialmente, a aposta em atividades rurais não-agrícolas. Pode-se destacar a importância da agroindustrialização para agregação de valor aos produtos da agricultura familiar, além do artesanato e do turismo rural, que já são representativos,

principalmente nas Colônias e no Litoral Norte, e apresentam grande potencial de diversificação, articulação de setores e desenvolvimento. No contexto de fracionamento excessivo das unidades produtivas familiares e consequente dificuldade para a sucessão, apresentado por muitos municípios das colônias, também precisa ser dada atenção especial aos jovens da agricultura familiar, facilitando o acesso à terra para moças e rapazes solteiros e recém-casados.

Considerações finais

As políticas públicas que beneficiam direta ou indiretamente as mulheres rurais gaúchas, assim como em todo o Brasil, costumam ser genéricas, desconsiderando as trajetórias sócio-históricas e a consequente heterogeneidade do espaço rural. A adequação dessas políticas às realidades e dinâmicas regionais mostra-se como uma alternativa válida e promissora no enfrentamento do processo de masculinização rural. Como este processo mostra-se de forma diferenciada nos nove sistemas agrários do Rio Grande do Sul, sugere-se que as ações sejam voltadas às diferentes condições, sendo intensificadas nas regiões onde o problema mostra-se mais grave, como a Campanha e a Serra do Sudeste.

Entende-se que é necessário reforçar o apoio estatal à agricultura familiar no RS para contornar o quadro já instalado de masculinização, pois, em regiões onde a dinâmica socioeconômica é fortemente relacionada à agricultura familiar, os índices de masculinidade são muito mais baixos do que nas demais. Para tanto, entre outros fatores, precisa-se melhorar o acesso de agricultores e agricultoras familiares aos meios de produção. A reforma agrária mostra-se como uma alternativa interessante, principalmente na configuração de algumas regiões gaúchas onde os índices de masculinidade são mais altos e a posse da terra bastante concentrada. Ademais, itens como a oferta de crédito para intensificação de sistemas produtivos e apoio às atividades rurais não-agrícolas, entre outros, também são importantes e podem ser otimizados através da adaptação conforme a realidade de cada uma das nove regiões.

Este trabalho suscita uma pesquisa qualitativa sobre as condições de inserção socioproductiva das mulheres e sobre as relações de gênero no espaço rural dos diferentes sistemas agrários do Estado, tarefa sugerida para os próximos estudos.

Ressalta-se que o aprofundamento de estudos da problemática é necessário, sob pena de agravamento do processo de masculinização e conseqüente ameaça da sustentabilidade social no espaço rural gaúcho, principalmente em algumas regiões do RS.

Notas

¹ “Cuando hablamos de masculinización rural nos referimos a un desequilibrio demográfico que se concreta en un déficit de mujeres respecto a la proporción que naturalmente debiera existir entre los dos sexos o razón biológica” (CAMARERO et al., 2009, p.50)

² Na seqüência deste trabalho ‘masculinização da população rural’ será simplificado pela expressão ‘masculinização rural’, já que este termo é comumente utilizado por pesquisadores do tema, como Camarero et al (2009), Camarano e Abramovay (1999) e Anjos e Caldas (2005).

³ Embora esta situação venha sendo modificada nas últimas décadas, parece ser ainda bastante presente no contexto rural brasileiro.

⁴ “[...] Sistemas agrários expressam um arcabouço teórico que visa facilitar a compreensão das relações sociopolíticas, culturais e tecnológicas que ocorrem em um determinado ecossistema. Eles são a expressão de decisões e ações técnicas de produção que se efetivam em espaços territoriais e institucionais mais ou menos estruturados e historicamente constituídos” (FRANTZ E SILVA NETO, 2005, p.33)

⁵ Neste estudo, foram realizadas a sistematização e a análise estatística de dados da Contagem Populacional do IBGE referentes à população rural gaúcha estratificada por sexo, faixa etária e distrito, em 1950, e por sexo, faixa etária e municípios em 2007 (COSTA, 2010).

⁶ Para maiores informações sobre esta regionalização, ver SILVA NETO (2005).

⁷ “Apesar das divergências quanto aos princípios definidores, é possível reconhecer um consenso: por agricultura familiar entende-se, em termos gerais, uma unidade de produção onde trabalho, terra e família estão intimamente relacionados” (CARNEIRO, 1999, p.329)

⁸ Em 1950, existiam 105 homens para cada 100 mulheres no espaço rural do Estado; já em 2007, a relação assumiu os valores de 111/100 (COSTA, 2010).

⁹ Índice calculado através da divisão do número de homens pelo número de mulheres de uma população, multiplicando-se o resultado por uma constante, geralmente 100.

¹⁰ Para fins de contraste na abordagem aqui proposta, consideram-se como regiões de agricultura familiar Colônias Velhas, Colônias Novas e Litoral Norte; como regiões de pecuária extensiva Campanha, Serra do Sudeste, Campos de Cima da Serra e Litoral Sul; e como regiões de agricultura mecanizada Planalto e Depressão Central.

¹¹ O Litoral Norte apresenta comportamento semelhante ao das Colônias, mas, como já foi comentado, a produção agrícola é pouco representativa, assim como o número de habitantes rurais. A agricultura familiar se destaca com a fruticultura.

¹² Nesta perspectiva, o trabalho de Campos (2009) traz uma análise interessante sobre o trabalho das mulheres nos territórios do agronegócio. A partir do estudo do caso do município Cruz Alta/RS, região do Planalto, a autora mostra que o perfil dos empregos gerados pelo agronegócio é masculino, formal, temporário e precário. Apenas 22% dos postos de trabalho gerados pelo agronegócio no município são ocupados por mulheres. Estes postos geralmente são no serviço agrícola temporário ou na limpeza das empresas, quase nunca em cargos administrativos. As mulheres também recebem menos que os homens. Assim, nos territórios onde o agronegócio é forte, as desigualdades de gênero são intensificadas no âmbito do trabalho (CAMPOS, 2009).

¹³ A análise da variância entre os sistemas agrários foi realizada através do Teste de Kruskal-Wallis. Quando existiam diferenças entre as amostras, ou seja, quando foi rejeitado $H_0 = SA_1 = SA_2 = \dots = SA_9$, utilizou-se o método de comparações múltiplas de Kruskal-Wallis para verificar quais os sistemas agrários diferiram estatisticamente entre si quanto ao índice de masculinidade dos municípios, com um nível de significância de 95%. Para maiores informações, ver Costa Rauber (2010).

¹⁴ Observa-se, na produção do fumo Virgínia no Rio Grande do Sul, que o transplante das mudas, durante alguns dias em agosto ou setembro, e a colheita, que acontece de forma manual durante os meses de dezembro a fevereiro, demandam bastante mão de obra na lavoura. Neste período, também acontece a amarração, transferência das varetas de fumo para o forno, secagem, transferência das varetas para o galpão, desamarração das varetas, classificação, amarração em 'bonecas', e enfardamento. O trabalho no galpão costuma se estender durante o mês de março.

¹⁵ Refere-se à bodega como ponto de comércio comum no espaço rural gaúcho onde os moradores locais reúnem-se, principalmente nos finais de semana, para conversar, consumir bebidas alcoólicas, jogar cartas, sinuca ou bocha. Estes locais também costumam comercializar artigos alimentícios e de limpeza.

¹⁶ Conforme Mendes *et al.* (2005), para receber o benefício social da aposentadoria, no valor de um salário mínimo, o trabalhador e a trabalhadora rural no Brasil, além da idade mínima, precisam provar tempo de serviço no campo igual ou maior do que quinze anos.

¹⁷ Movimento popular sem fins lucrativos, fundado em 1989 e formado por mulheres trabalhadoras rurais gaúchas (SCHAAF, 2001).

¹⁸ Programa do Governo Federal com o objetivo de levar gratuitamente energia elétrica a toda a população rural brasileira (MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, 2011).

¹⁹ Linha do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) para o financiamento de investimentos de propostas de crédito da mulher agricultora (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, 2011).

²⁰ Como exemplo, pode-se citar a atuação das Casas Familiares Rurais.

Referências

ANJOS, Flávio Sacco dos; CALDAS, Nádia Velleda. O futuro ameaçado: o mundo rural face aos desafios da masculinização, do envelhecimento e da desagrarização. **Ensaio FEE**, v.26, n.1, p.661-694, jun. 2005.

BOURDIEU, Pierre. **El baile de los solteros**. Barcelona: Anagrama, 2004. Título da edição original: *Le bal del célibataires*. Paris: Éditions du Seuil, 2002.

BRITO, Andréia Nunes Sá *et al.* A invisibilidade da mulher pampeana: subalternidade cultural e conservação da ordem social. In: Congresso Argentino y Latinoamericano de Antropología Rural, 4., Mar del Plata. **Anais...** Mar del Plata: INTA/NADAR, 2009, p.1-20.

BRUMER, Anita. Gênero e agricultura: a situação da mulher na agricultura do Rio Grande do Sul. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.12, n.1, p.205-227, jan-abr. 2004.

BRUMER, Anita. Mulher e desenvolvimento rural. In: PRESVELOU, Clío;

ALMEIDA, Francesca Rodrigues; ALMEIDA, Joaquim Anécio (Orgs.). **Mulher, família e desenvolvimento rural**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 1996. p.39 a 59.

BRUMER, Anita. Previdência social rural e gênero. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 4, n. 7, jan-jun 2002, p. 50-81

BRUMER, Anita; ANJOS, Gabriele dos. Relações de gênero em assentamentos: a noção de empoderamento em questão. In: LOPES, Adriana.; BUTTO, Andréia (Org.). **Mulheres na reforma agrária: a experiência recente do Brasil**. Brasília: MDA, 2008, p.217 a 240.

BUTTO, Andréia; HORA, karla Emmanuela. Mulheres e reforma agrária no Brasil. In: LOPES, Adriana.; BUTTO, Andréia (Org.). **Mulheres na reforma agrária: a experiência recente do Brasil**. Brasília: MDA, 2008, p.19 a 38.

CAMARANO, Ana Amélia; ABRAMOVAY, Ricardo. **Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos**. Rio de Janeiro: IPEA, 1999.

CAMARERO, Luis. ¿Por qué hay menos mujeres en las áreas rurales? **Agricultura Familiar en España**, [S.l], 2009, p. 86 a 90.

CAMARERO, Luis. et al. **La población rural de España: de los desequilibrios a la sostenibilidad social**. Barcelona: Fundación La Caixa, 2009.

CAMPOS, Christiane Senhorinha Soares. **Pobreza e exclusão feminina nos territórios do agronegócio: o caso de Cruz Alta/RS**. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da UFRGS. Porto Alegre, 2009, 233p.

CARNEIRO, Maria José. Agricultores Familiares e Pluriatividade: Tipologias e Políticas. In: COSTA, Luiz Flávio; MOREIRA, Roberto José e BRUNO, Regina (Orgs.). **Mundo Rural e Tempo Presente**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

COSTA RAUBER, Cassiane da. **Masculinização da população rural no Rio Grande do Sul: análise a partir dos sistemas agrários**. 2010. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010.

COSTA, Cassiane da; MARIN, Joel Orlando Bevilaqua. Hombres solteros en la agricultura familiar: una mirada sobre la realidad del municipio de Alegrete, en el Sur de Brasil. **Anais**. XI Congreso Español de Sociología, 2013, Madrid. CRISIS Y CAMBIO: PROPUESTAS DESDE LA SOCIOLOGIA, 2013. p. 1-21.

CRUZ, F. **Gênero, psicologia y desarrollo rural: la construcción de nuevas identidades**. Madrid: Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación, 2006.

FRANTZ, Telmo Rudi; SILVA NETO, Benedito. A formação histórica dos sistemas agrários do Rio Grande do Sul; A dinâmica dos sistemas agrários e o desenvolvimento rural. In: SILVA NETO, Benedito; BASSO, David (Org.). **Sistemas agrários do Rio Grande do Sul: análise e recomendações de políticas**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2005, p. 27 a 92 e p. 109 a 156.

FROEHLICH, José Marcos; RAUBER, Cassiane da Costa, CARPES, Ricardo Howes. Êxodo seletivo, masculinização e envelhecimento da população rural na Região Central do RS. **Ciência Rural**, v.41, n.9, p.1674-1680, set, 2011.

LEAL, Ondina Fachel. **Honra, morte e masculinidade na cultura gaúcha**. In: ORO, Ari Pedro; TEIXEIRA, Sérgio Alves (coord.). **Brasil & França: ensaios de antropologia social**. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/UFRGS, 1992, p. 141 a 150.

MENDES, Márcia Barbosa *et al.* A situação social do idoso no Brasil: uma breve consideração. **Acta Paul Enferm.**, São Paulo, v. 18, ano 4, 2005, p.422-426.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. Programa Luz para Todos: informações sobre o programa. Disponível em: <<http://luzparatodos.mme.gov.br/luzparatodos>>. Acesso em maio 2011.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. PRONAF Mulher. Disponível em: <<http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf>>. Acesso em maio 2011.

PANZUTTI, N. P. M. **Mulher rural: eminência oculta**. Campinas: Alínea, 2006. v. 1.

PAULILO, Maria Ignez Silveira. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. **Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, v.12, n. 01, jan.-abr. 2004, p.229-252.

SAMPEDRO, R. **Género y ruralidad: Las mujeres ante el reto de la desagrarización**, Madrid, Instituto de la Mujer, 1996.

SCHAAF, Alie Van Der. **Jeito de mulher rural: a busca de direitos sociais e de igualdade de gênero no Rio Grande do Sul**. Passo Fundo: UPF, 2001.

SILVA NETO, B. **Sistemas Agrários do Rio Grande do Sul. Relatório de pesquisa** apresentado à Secretaria Estadual da Agricultura e do Abastecimento do Rio Grande do Sul - Programa RS Rural, 2001 (documento não publicado).

SILVA NETO, Benedito. A regionalização do Estado segundo os seus sistemas agrários. In: SILVA NETO, Benedito; BASSO, David. (Org.). **Sistemas agrários do Rio Grande do Sul: análise e recomendações de políticas**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2005, p.93 a 109.

SILVA NETO, Benedito; BASSO, David (Org.). **Sistemas agrários do Rio Grande do Sul: análise e recomendações de políticas**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2005.

SILVA NETO, Benedito; LIMA, Arlindo Jesus Prestes de; BASSO, David. Conclusões dos estudos municipais. In: SILVA NETO, Benedito; BASSO, David. (Org.). **Sistemas agrários do Rio Grande do Sul: análise e recomendações de políticas**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 2005, p.269 a 276.

SIQUEIRA, Luisa Helena Schwantz. **As perspectivas de inserção dos jovens rurais na unidade de produção familiar**. 2004. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

STADUTO, Jefferson Andronio Ramundo *et al.* **Ocupações das Mulheres Rurais no Sul do Brasil: uma perspectiva de gênero**. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 47, 2009, Porto Alegre. **Anais ...** Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2009, p. 1-21.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. O valor do casamento na agricultura familiar. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 12, n.01, p. 253-267, jan-abr. 2004.

Recebido em 08/12/2012 Aceito para publicação em 06/06/2013.
